

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO 2005

Exmos. Senhores Associados

Nos termos da alínea c), do nº 4, do artigo 8º dos Estatutos da Associação Portuguesa dos Industriais de Pirotecnia e Explosivos, vem a Direcção submeter à apreciação da Assembleia-geral o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

1 - INTRODUÇÃO

Os tempos que correm são de incerteza e de dúvidas para o desenvolvimento do nosso sector, em especial para a pirotecnia. Efectivamente, o ano de 2005 foi um ano de verdadeira revolução para as empresas de pirotecnia e de explosivos, resultado de legislação publicada em anos anteriores, nomeadamente os Decretos-Lei nº 139/2002, de 17 de Maio e 156/2004, de 30 de Junho e já no ano aqui em análise, o Decreto-lei 87/2005, de 23 de Maio.

A vários níveis da nossa actividade surgiram dificuldades, que perdurarão durante o ano 2006 dadas as exigências impostas por lei aos estabelecimentos de fabrico e armazenagem de produtos explosivos e às limitações à queima de foguetes e outros artigos pirotécnicos durante o período crítico dos fogos florestais e, mesmo, nalgumas regiões, para além desse período.

A publicação do Decreto-Lei nº 87/2005, de 23 de Maio, depois de muito reclamada pela APIPE junto de dois sucessivos Governos e após a sensibilização que foi efectuada junto da Direcção Nacional da PSP e de todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, veio aligeirar algumas das exigências do decreto-lei de 2002 e permitir que os estabelecimentos de fabrico e armazenagem continuassem a laborar, sob licença provisório, enquanto

decorriam, e ainda decorrem, os prazos para dar cumprimento ao exigido na nova lei.

Neste capítulo é reconhecido o esforço de modernização que a maior parte dos nossos Associados encetaram com vista à adaptação das suas instalações ao Regulamento de Segurança das Instalações de Fabrico e Armazenagem de Produtos Explosivos, embora em muitos casos o tenham feito tardiamente, o que lhes permitiu e permitirá continuara a trabalhar.

Creemos que a maior parte daqueles que neste momento não têm de imediato condições de laboração, mas estão a fazer esforços para dar cumprimento aos preceitos legais, poderão num curto espaço de tempo retomar a sua actividade.

Outro grande problema verificado durante o ano passado, que teve origem já em 2003, e foi injustificadamente criado à pirotecnia, teve e tem a ver com a atribuição aos foguetes da causa de alguns incêndios florestais ocorridos durante as três últimas épocas de Verão.

Aquela informação de que os foguetes acusam incêndios, repetida várias vezes por governantes e outras entidades com responsabilidade no combate aos fogos florestais e veiculada pelos órgãos de comunicação social, potenciou as dificuldades ocorridas no licenciamento do lançamento de foguetes e outros artigos pirotécnicos durante o Verão passado e impediu muitos dos nossos associados de fazer o seu trabalho regularmente.

Neste particular o futuro apresenta-se incerto por força de uma campanha de culpabilização, repita-se mais uma vez muito injusta, dos foguetes como responsáveis por um número significativo de incêndios florestais à qual o Governo, particularmente o Senhor Ministro da Agricultura, não é alheio e se mostra irreduzível.

É neste contexto que o governo vai publicar um pacote legislativo relativo às medidas de prevenção dos fogos florestais, o qual entrará em vigor aquando do início do período crítico. Isto é, em qualquer época do ano desde que as condições climatéricas assim o exijam e no qual é mais que provável virem a ser proibidos os lançamentos de foguetes.

Assim, a somar às dificuldades de adaptação das instalações fabris e de armazenagem às regras impostas pelo Regulamento de Segurança, tudo indica, que iremos ter também dificuldades ou mesmo a impossibilidade de queimar foguetes durante todo o período crítico dos fogos florestais.

2 - ACTIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

➤ RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Neste capítulo realçamos as conversações havidas com vários membros do Governo, os contactos com as mais altas individualidades da nação e com as mais variadas entidades oficiais, sobre as nossas preocupações com o presente e com o futuro da nossa actividade em Portugal.

A principal actuação da Direcção centrou-se nos contactos com o Ministério da Administração Interna (MAI) e com o Ministério da Agricultura, através da Direcção Geral dos Recursos Florestais, relativamente ao enquadramento legislativo quanto aos estabelecimentos de armazenagem e fabrico de artigos pirotécnicos e explosivos e sobre as medidas legislativas relacionadas com a prevenção dos fogos florestais.

Com vista a sensibilizar e a cativar atenção de várias “forças vivas” e autoridades do país para os problemas actuais criados injustamente ao nosso sector estabelecemos contactos com diversas entidades nomeadamente com a Presidência da Republica, Presidência da Assembleia da República, Primeiro

Ministro, Governadores Civis, direcções dos grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP, PCP, PEV e BE, corporações de Bombeiros e outras.

Além destes contactos foram já este ano iniciadas conversações com a ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias e está programada uma reunião com a Associação Nacional de Municípios.

Desde o início do ano 2005 foram mantidos contactos regulares com o MAI, tendo havido logo em Janeiro uma reunião com o Senhor Ministro da Administração Interna onde se discutiu, entre vários assuntos relacionados com o sector, as necessárias alterações ao DL 139/2002 e o necessário esclarecimento do DL 156/2004, bem como a nomeação do novo representante da APIPE na Comissão dos Explosivos.

No caso do MAI houveram mais três reuniões com os Senhores Secretários de Estado para discutir o Regulamento de Segurança, o necessário enquadramento legislativo para a pirotecnia e os explosivos e a regularização da actuação das entidades licenciadoras das queimas de fogo de artifício.

Duas das reuniões foram com o Senhor Secretário de Estado Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. José Magalhães, uma em Maio para discutir a caducidade dos alvarás e a produção de nova legislação para o sector no que respeita às instalações fabris e de armazenagem e a clarificação e harmonização da interpretação a nível nacional da lei que regula o licenciamento de espectáculos, outra, em Dezembro, para protestar e discutir o projecto de lei do Ministério da Agricultura que poderá vir a proibir o lançamento de foguetes durante o período crítico dos fogos florestais.

Junto do MAI foi solicitada especial atenção do governo, não só para a regulamentação de toda a actividade do sector, não apenas a segurança das

instalações fabris e de armazenagem mas, também, a classificação dos artigos pirotécnicos com vista à sua utilização livre e por profissionais.

Na reunião havida, em meados do ano, com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna foi, ainda, informado à APIPE que se iria trabalhar, novamente, na produção de vários documentos legais relativos à regulamentação dos vários aspectos relacionados com a pirotecnia e os explosivos, dos quais, foi dado particular destaque à Catalogação e Classificação de Produtos.

Neste contexto, aproveitou a APIPE para apresentar, mais uma vez, ao governo a proposta de Regulamento sobre a Utilização de Artigos Pirotécnicos, já que vem, em parte, ao encontro da Directiva comunitária.

Também a disponibilização de terrenos, a desafectar nos PDM's das classificações de áreas florestais, agrícolas e mesmo reservas ecológicas, foi solicitada ao governo de forma a que se possibilite a modernização de algumas instalações pirotécnicas e de explosivos, actualmente, com grandes dificuldades na obtenção de terrenos para dar cumprimento à actual legislação em termos de área de segurança.

Em Novembro foi a Direcção da APIPE recebida pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Ascenso Simões, com o objectivo de apresentar, mais uma vez as nossas propostas para a futura legislação que regulará o licenciamento dos espectáculos de pirotecnia e protestar contra a intenção do governo em proibir a utilização de foguetes durante o período crítico dos incêndios florestais.

No que respeita ao Ministério da Agricultura foram continuadas as relações regulares com a Direcção Geral de Florestas, com várias reuniões e muita correspondência trocada, logo a partir de Janeiro, tudo com vista à alteração da

legislação relativa à prevenção dos fogos florestais e ao licenciamento dos espectáculos de pirotecnia ainda a tempo da época de Verão. Infelizmente, o Ministério da Agricultura ignorou o trabalho conjunto feito pela APIPE e pela DGRF, que durou vários meses, acabando por apresentar um projecto de legislação mais restritiva e prejudicial para o nosso sector, ignorando as nossas propostas e todo o trabalho desenvolvido por nós em conjunto com a DGRF.

Ao nível das autoridades policiais as relações foram desenvolvidas durante todo o ano de forma excelente, nomeadamente com o Departamento de Armas e Explosivos da PSP, entidade com a qual a APIPE tem desenvolvido e consertado opiniões convergentes sobre vários pontos de vista na regulação da actividade. Este departamento tem se mostrado sensível às preocupações dos industriais e, na medida do legalmente aceite, tem facilitado a resolução de alguns problemas de associados apresentados pela Direcção da APIPE.

Com o Comando Geral da GNR foram efectuadas reuniões sobre a problemática do licenciamento dos espectáculos de pirotecnia e desenvolvidas acções consertadas no sentido de facilitar uma interpretação uniforme da lei a nível nacional. Apesar do esforço prometido, e certamente desenvolvido, as acções desta força policial no terreno não surtiram a totalidade do efeito desejado.

Neste capítulo, solicitou-se ainda, sem êxito, a intervenção do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, porque a época era de flagelo e todas as atenções estavam centradas nos incêndios florestais e no seu combate, sem sensibilidade para o problema dos pirotécnicos, estes, impedidos de trabalhar e a acumular stocks nos seus armazéns.

A este respeito, a APIPE tem lutado, pelos meios que lhe é possível, e continuará a lutar pela defesa da verdade dos factos, contra a injustiça das acusações que nos são assacadas pelos nossos governantes e outros organismos da administração pública, as quais são amplamente divulgadas pela comunicação

social, contrariamente à verdade que acreditamos e podemos justificar, como o fizemos no final do ano aquando da discussão pública das novas medidas de protecção da floresta.

A pressão exercida directamente sobre o governo, quer pelas acções efectuadas, quer pela via dos ofícios de protesto enviados a várias entidades, com propostas concretas, quer, ainda, pela via da comunicação social, já que devida altura fomos ouvidos pela RTP, Rádio Antena 1, Agência Noticiosa Lusa e vários jornais, parecem estar a dar furtos e já vamos sendo conhecidos nos corredores do poder.

Impõe-se, nesta altura, fazer investimentos importantes na correcção da IMAGEM PÚBLICA das empresas e dos técnicos de pirotecnia em Portugal, com o objectivo de granjear para a nossa causa tantas entidades e gente anónima que de posse da verdade estarão do nosso lado e em oposição às medidas que o governo tem tomado e pretende continuar a tomar.

Com uma BOA IMAGEM PÚBLICA E PROFISSIONALISMO, a credibilidade do sector será outra e, com isso, a nossa “força negocial” aumentará, vindo ao de cima a realidade dos factos. É neste caminho que a Direcção da Associação tem trabalhado desde a última Assembleia Geral onde foi aprovado lançamento de uma campanha de construção de uma Nova Imagem da Pirotecnia Nacional.

Ao nível associativo:

Foi reforçada, e continuará a ser aposta da APIPE, a colaboração com outras Associações congéneres, especialmente com a AP3E – Associação Portuguesa de Estudos e Engenharia e Explosivos e a ANIP – Associação Nacional dos Industriais da Pedra, com vista à defesa de interesses comuns junto do governo e da Comunidade Europeia.

Realçamos, neste capítulo, a tomada de posição conjunta, da APIPE, AP3E E ANIP, sobre a portaria publicada em Agosto último, relativa à nova taxação dos actos relacionados com explosivos e pirotecnia.

Foi reforçada a colaboração com a AP3E o que se concretizou com a participação de formadores desta associação nos cursos de formação profissional realizados pela APIPE nos meses de Setembro a Dezembro.

A colaboração entre estas duas associações continuará no futuro, estando já previstas acções de colaboração para o ano 2006. A nossa associação participará no Colóquio “ Aplicação de Produtos Explosivos em Portugal” a realizar brevemente e a AP3E participará no Congresso Internacional de Pirotecnia a organizar pela nossa associação no mês de Maio.

No que respeita a outras parcerias foi encomendado à Universidade de Coimbra, através do Senhor Prof. Dr. Andrade Campos, um trabalho científico sobre o impacto ambiental produzido pelos espectáculos de fogo de artifício.

Este trabalho, já em fase de conclusão e que será apresentado publicamente no **I Congresso Internacional de Pirotecnia, a realizar em Lisboa nos dias 5 e 6 de Maio**, visa desmentir e rebater os argumentos catastróficos apresentados pelo Prof. Dr. Carlos Borrego, da Universidade de Aveiro, publicados no Jornal de Notícias, sobre os efeitos da poluição provocada pelos espectáculos de fogo de artifício realizados em Portugal,

Foram iniciadas conversações com um reconhecido especialista em matérias de pirotecnia e explosivos com vista à criação de um **Gabinete de Assessoria Técnica (GAT)** que poderá auxiliar os nosso associados em projectos de renovação, ampliação ou construção de novas instalações e mesmo noutros aspectos técnicos relacionados com a produção e investigação de artigos de

pirotecnia e explosivos. Estas negociações estão praticamente terminadas e prevê-se a entrada em funcionamento do GAT durante o próximo mês de Maio.

Quanto ao desenvolvimento de relações no exterior temos vindo a acompanhar e a participar na discussão da produção de normativas de âmbito Europeu, bem como estamos atentos à produção de legislação noutros países da U.E..

➤ **SEDE**

Não tendo sido possível chegar ao contacto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, apesar dos muitos contactos efectuados junta da Senhora sua Secretária, com vista à retoma da proposta formulada, em tempos, por aquele autarca para a cedência da sede da APIPE naquele Município, entendemos abandonar esta hipótese.

No entanto, por falta de sede própria, não foi prejudicado o apoio aos associados que, sempre que contactaram a Direcção, foram apoiados e acompanhados na resolução dos seus problemas.

Assim, considerando a reorganização que actualmente se está a operar no sector, por força das recentes alterações legislativas e outras mais que são previsíveis, entendemos ser prematuro investir numa sede própria da APIPE e retomar o anterior esquema de sede móvel, ou seja, a sede da Associação que acompanha a Presidência da Direcção, dando, assim, prioridade a uma campanha de contactos e de acções com vista à melhoria da imagem do sector da pirotecnia e dos explosivos em Portugal.

➤ **ASSOCIADOS**

Na difícil conjuntura para a pirotecnia, que se iniciou no Verão de 2003 e se manteve até agora, continuamos a apoiar todos os nossos Associados na

resolução dos seus problemas particulares, quer no esclarecimento sobre as regras de licenciamento das queimas de fogo de artifício, quer na preparação dos respectivos dossiers para a renovação dos alvarás e cartas de estanqueiro, nomeadamente, com visitas, sempre que solicitadas, às suas instalações, para avaliar as alterações pretendidas ou para sugerir alterações com vista ao cumprimento dos regulamentos, e acompanhamento dos seus processos junto do DEPAEXP.

Nesta época de dificuldades que o sector atravessa a Direcção da APIPE é de opinião de que devemos unir-nos e unir esforços no sentido de que todos tenhamos uma oportunidade de subsistir às dificuldades, por isso, paralelamente ao apoio que a APIPE tem dado e continuará a dar a todos os associados na elaboração dos seus projectos, ou na renovação das suas instalações, lançou, finalmente alguns serviços de assessoria, verdadeiramente ao dispor de todos os associados.

Assim, para além do já anunciado GAT, foi contratada uma empresa para, a preços simbólicos para os associados da APIPE, elaborar toda aquela documentação relacionada com os Planos de Segurança e todos os documentos correlativos.

Aqui cabe também uma palavra de apreço aos serviços de assessoria jurídica da APIPE que tem sido incansável, pois, para além do acompanhamento das actividades da associação, estando presente em todas as reuniões de sócios e dos órgãos sociais, também acompanha a Direcção nas relações e reuniões institucionais e faz o acompanhamento individual de cada um dos associados que assim o pretenderam.

Como atrás já referimos, vamos, vai a APIPE constituir o Gabinete de Apoio Técnico (GAT) para prestar serviços de consultoria técnica, quer na remodelação e construção de instalações e implantação de unidades industriais ou de

armazenagem, quer na área de produção e fabrico, quer ainda na envolvente técnico-legislativa.

Congratulamo-nos por estar a apoiar os nossos associados na resolução dos seus problemas e talvez seja esta dinâmica, ultimamente imposta à nossa Associação, que numa fase de muitas dificuldades leve a APIPE a ganhar mais associados ao invés de perder os seus sócios.

Desde o último relatório e contas do ano anterior a APIPE, felizmente, inscreveu mais 9 (nove) novos sócios, aos quais aqui damos publicamente as boas vindas.

➤ **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Na área da formação profissional a APIPE apresentou um projecto de formação na área de Reciclagem, Actualização e Aperfeiçoamento ao PROGRAMA OPERACIONAL DE EMPREGO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (POEFDS) DO FUNDO SOCIAL EUROPEU, que foi aprovado, embora com algumas restrições e executado a partir do mês de Setembro.

Lamenta-se que apesar da ampla divulgação da formação profissional junto dos associados, quer em reuniões de sócios, quer através do site da APIPE, quer, ainda, por duas vezes em carta circular, a aderência dos associados à formação tenha sido insatisfatória.

Por um lado, tivemos muita dificuldade na contratação de formadores porque, auscultados todos os associados, por circular, pessoalmente e por telefone, não foi possível obter o apoio de qualquer associado nesta difícil tarefa de encontrar formadores capazes para matérias tão específicas como são as relacionadas com a pirotecnia. Neste capítulo, ficamos a dever grande favor à AP3E, à AGITO e aos

formadores indicados por estas entidades, que viabilizaram a realização dos cursos com a sua participação como formadores.

Por outro lado, o número limitado de acções aprovadas pelo POEFDS para o nosso projecto levou-nos a esperar dificuldades na selecção potenciais formandos, mas, infelizmente, não foi necessário recusar candidaturas de formandos devido ao limitado número das que nos foram apresentadas. Assim, a tarefa da Direcção veio facilitada e todos os candidatos a formandos foram inscritos nos cursos e puderam participar nas acções de formação pretendidas.

O quadro seguinte indica os cursos efectuados e o número de formandos que participaram.

CURSO	HORAS	FORMANDOS
Operadores de Oficina		12
Responsáveis Técnicos		14
Higiene e Segurança no Trabalho		9
Operadores de Espectáculos		14

A outro nível de formação, as novas exigências ao nível de transporte de matérias perigosas tem levado ao surgimento de vários problemas com o transporte de explosivos e artigos pirotécnicos que afectam os nossos associados.

Assim, a APIPE conjuntamente com a ANTRAM estabeleceu um acordo, a preços especiais, para a realização este ano de três cursos de formação para condutores de Transporte de Matérias perigosas, vulgo, ADR, estando já abertas as inscrições para o curso do mês de Maio. Os dois restantes poderão realizar-se em Julho e Dezembro.

➤ **COMISSÃO DOS EXPLOSIVOS**

O Presidente da Direcção, em representação da APIPE, participou em todas as reuniões da Comissão dos Explosivos que, lamentavelmente, não produziram qualquer trabalho útil, por, entendemos nós, o governo não atribuir tarefas concretas a esta comissão.

As reuniões foram suspensas, desde Setembro, pelo Senhor Presidente da CE e retomadas só em Fevereiro do ano em curso.

➤ **LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA E INTERNACIONAL**

Encontra-se em fase final de discussão e, por isso, para entrada em vigor nos próximos anos, a proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à colocação no mercado de artigos pirotécnicos.

Esta, define regras para atingir a livre circulação de artigos pirotécnicos no âmbito da união Europeia, com vista à garantia de um elevado nível de protecção da saúde humana e a segurança dos consumidores (encontra-se no site da APIPE uma cópia para os interessados).

Também ao nível do transporte internacional está já aprovada a nova classificação de produtos explosivos, que trará, segundo se prevê, um maior rigor na classificação dos produtos explosivos, podendo, dentro de dois ou três anos, estas alterações virem a dar origem, por aplicação análoga da classificação, a novas tabelas de distâncias para as áreas de segurança das fábricas e estabelecimentos de armazenagem.

➤ **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PIROTECNIA**

Tal como aprovado no Plano de Actividades e Contas de 2006, está já em marcha a Congresso Internacional de Pirotecnia que se realizará em Lisboa, nos dias 5 e 6 de Maio, próximo. Por tratar-se de um investimento avultado, o orçamento do Congresso será submetido aqui à apreciação dos associados.

Irá ser um fórum de discussão que devidamente aproveitado será um investimento importante na imagem do nosso sector.

Está prevista a presença de um membro do Governo, de entidades ligadas ao turismo, de autarcas e especialistas internacionais nos vários domínios da pirotecnia.

Durante o congresso será efectuada uma exibição de pirotecnia portuguesa, participada por todas as empresas que pretendam contribuir e oferecer os seus produtos.

3 - CONTAS E RESULTADOS

As contas do exercício de 2005 apresentam um saldo positivo de 19.166,75€, sendo o total de proveitos contabilizados de 49.088,71€, dos quais 13.334,52 são subsídios imputados da formação profissional, e os custos totais de 29.921,96€, grande parte relacionados também com a formação profissional.

Os restantes custos correspondem a despesas correntes com material de escritório, selos do correio, deslocações em serviço e refeições de sócios em Assembleias-gerais, alugueres de salas para reuniões, despesas com advogado, contabilidade e ainda pequenas outras despesas.

As receitas de quotizações e jóias somam 34.400,00€ e as outras receitas, para além dos subsídios à formação, são no valor de 1.353,99€, de juros da conta bancária e de outras pequenas receitas suplementares.

As quotas de associados em débito totalizam 21.197,48€, das quais 12.000,00€ respeitam ao ano 2005 e 9.647,48€ são de anos anteriores. Esta é uma situação preocupante, pois que cada vez mais é necessário efectuar gastos para atingir os objectivos a que nos propusemos. Nota-se aqui que cada vez mais que os sócios da APIPE se atrasam nos pagamentos das suas quotas, isto, apesar das insistências e apelos à sua regularização atempada.

Os valores em caixa são de respectivamente de 3.654,46€, dos quais 3.600,00€ eram cheques em carteira recebidos no final do ano e depositados em 2006 e os valores em bancos são de 7.510,40€, à ordem, e 25.045,28€ em conta a prazo.

Aos fornecedores deve-se a quantia de 1.861,77€, ao estado o débito é de 10,09€ e a outros credores a quantia de 3.405,58€.

Imobilizado

O bem imobilizado da Associação respeita a um computador portátil cujo valor de aquisição foi de 2.509,45€ e se encontra todo amortizado.

Proposta de aplicação dos resultados

Propõe-se que os resultados líquidos positivos, no valor de 19.166,75€, transitem para os próximos exercícios.

4 - FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Já no ano 2006 a Direcção continuou a centrar as suas preocupações na defesa do sector da pirotecnia e explosivos e dos direitos dos sócios da APIPE. Assim, destacamos as principais iniciativas:

- Conforme combinado na última Assembleia foi posto a circular um abaixo-assinado contra a iniciativa legislativa lançada pelo Governo, reclamando e exigindo que não seja decretada a proibição da utilização de foguetes. Infelizmente, nem todos os associados contribuíram para a recolha de assinaturas. Na verdade, **37 dos nossos associados (cerca de metade) não entregaram uma única assinatura**. Dos sócios que contribuíram com assinaturas para a defesa do lançamento dos foguetes **foram recebidas 20.294 assinaturas**, havendo, de entre estes, **sócios que entregaram mais de 2000 assinaturas cada um e sócios que entregaram menos de 10 assinaturas**.

- Reuniões com o Senhor Director do Departamento de Armas e Explosivos para o esclarecimento de procedimentos e especificações quanto à remodelação em curso das instalações pirotécnicas e com vista à resolução de alguns problemas de associados que se encontram ou encontravam com a laboração suspensa;

- Esclarecimento e protesto junto de alguns postos policiais com vista ao licenciamento de espectáculos pirotécnicos;

- Contactos com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e com o Governador Civil do Distrito do Porto no sentido de aconselharem uma actuação uniforme dos Bombeiros e da GNR no licenciamento da queima de foguetes na época de Páscoa;

- Ofício ao novo Presidente da Republica com vista à sua sensibilização para a injustiça que o governo se prepara para impor aos pirotécnicos com a proibição da queima de foguetes durante o período crítico dos fogos florestais;

- Contratação da empresa DEEP STEP Comunicação e Imagem, conforme aprovado na última Assembleia Geral para assessorar a Direcção na campanha

mediática de melhorar a imagem da pirotecnia nacional e da realização do Congresso;

- Lançamento do Novo Logótipo da APIPE, já inserido no processo de alteração da imagem do sector, que aqui será apresentado;

- Reunião com a ANAFRE com vista a fazer lobbying, junto do espectro político nacional;

- Negociação com um assessor técnico para a criação de Gabinete de Apoio Técnico da APIPE, a partir de Maio, caso seja apoiado pelos associados;

- Foram retomadas as reuniões da Comissão dos Explosivos;

- Esforço na cativação de novos associados para a APIPE, como forma de fortalecer as posições do sector junto dos governantes.

- Conclui-se o projecto de formação profissional iniciado em Setembro;

- Preparação do Congresso Internacional de Pirotecnia de Lisboa, a 5 e 6 de Maio de 2006;

- Está programada a participação do Presidente, em representação da APIPE, no Symposium Internacional de Pirotecnia, em Berlim.

4 - PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano de 2006 afigura-se-nos muito difícil, quer pelas exigências de investimentos que permitam cumprir a legislação vigente, quer pelas restrições impostas a pretexto dos fogos florestais, quer, ainda, pelas determinações internacionais cada vez mais restritivas à circulação dos produtos explosivos.

5 - Nota final

Neste contexto de dificuldades acrescidas, reclamamos de todos os associados a união em torno da APIPE e um esforço adicional na dignificação da nossa actividade e no cumprimento de todas as normas de segurança, única forma de elevar a imagem da nossa indústria, de mostrarmos o profissionalismo que

dignificará a pirotecnia e de conseguir um peso político capaz de se fazer ouvir a voz da nossa Associação nas instâncias governativas.

Lixa, 11 de Março de 2006

A Direcção